

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: **RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 085.964.794-30, RG. 57.703.884-9 SSP/PB, data de expedição 30/07/2013, domiciliado a Rua José Tavares de Araújo, 123, Santo Amaro, Pombal, Estado da Paraíba.

Outorgado: **CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA**, brasileiro, casado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 21101, Seccional da Paraíba, com endereço profissional na Rua Miguel Alves da Silva, 606, Petrópolis, Pombal – PB.

Confere poderes: Para o foro em geral, com a cláusula ad judicia – “et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo para tanto ajuizar as ações competentes, inclusive as de falência, e defendê-lo(s) nas contrárias seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para ingressar com ação ou recurso, confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber intimações agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar documentos, termos de caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato, inclusive para representá-lo junto a autarquias públicas federais, estaduais e municipais, penalmente e administrativamente.

Pombal - PB, em 06 de junho de 2018.

Raniery Cleimar Lima dos Santos



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob nº 085.964.794-30, RG. 57.703.884-9 SSP/PB, data de expedição 30/07/2013, domiciliado a Rua José Tavares de Araújo, 123, Santo Amaro, Pombal, Estado da Paraíba, declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Pombal - PB, em 06 de junho de 2018.

Ranirery Cleimar Lima dos Santos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8400-4

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON QUINT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

Raniery Cleimar Lima dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 57.703.884-9 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/JUL/2013

NOME RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

FILIAÇÃO PAULO NOBRE DOS SANTOS

E TEREZINHA LIMA DOS SANTOS

NATURALIDADE POMBAL - PB DATA DE NASCIMENTO 22/OUT/1987

DOC ORIGEM POMBAL - PB

POMBAL

CPF CN: LV.A021/FLS.0284/N.022855

198 Delegado Divisionário

Assinatura do Diretor de Identificação

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Ministério da Fazenda

Receita Federal

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número

085.964.794-30

Nome

RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Nascimento

22/10/1987





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 16 de Maio de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190303942

Vítima: RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Data do Acidente: 30/05/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequelas definitivas, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01523/01524 - carta_04 - INVALIDEZ

00070762



Carta nº 14326578



GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 000734/0 CNPJ/CPF: 08.778.268/0004-03

☐ AZUL ☐ VERDE ☐ AMARELA ☐ LARANJA ☐ VERMELHA

ENFERMARIA: _____ LEITO: _____

PACIENTE:

NOME: Raniere Cleimere Lima dos Santos
COR: _____ DATA DE NASCIMENTO: 22/10/87 IDADE: 30 SEXO: M
NOME DA MÃE: Terezinha Limer dos Santos PROFISSÃO: Pedreiro
CARTÃO DO SUS: _____ RG/CNH: _____
MUNICÍPIO: Pombal ENDEREÇO: Rua Proibida / Nova Vida
ESTADO: PB CEP: 58840-000 CODIGO DO MUNICÍPIO: _____ DATA DE ATEND: 30/05/18

SINAIS VITAIS:

PA: _____ SPO: _____ FC: _____ R: _____ HGT: _____
T: _____ PESO: _____ GESTANTE: () SIM () NÃO SE SIM, SEMANAS: _____

QUEIXAS:

MEDICAÇÃO EM USO: Insulina

ALÉRGICO: () SIM () NÃO SE SIM, AO QUE: Insulina

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: _____

RESULTADOS:

PRESCRIÇÃO MÉDICA/MATERIAL UTILIZADO:

- 1° Dupirona 01 amp (IM) 19:20
- 2° Voltaren 01 amp (IM) 19:20
- 3° _____
- 4° _____
- 5° _____
- 6° _____
- 7° _____
- 8° _____
- 9° _____
- 10° _____
- 11° _____
- 12° _____
- 13° _____
- 14° _____
- 15° _____
- 16° _____
- 17° _____
- 18° _____
- 19° _____



HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL
"SENADOR RUI CARNEIRO"



DIAGNÓSTICO MÉDICO/CID:

OBSERVAÇÕES DA ENFERMAGEM:

Xa G.B.B. constante, orientado, comunicativo, normotensão
supine, trocista, por familiaridade natimorta, de coloração
muito x leucido apresenta lesões minúsculas em M.S.G.
querendo de dor em M.S.C. e M.ão e trocista Rx
apresentando fratura em dedo indicador, medicado

ASS./COREN:

CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO:

NATUREZA DA CONSULTA:

CONSULTA BÁSICA (PAD):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO

TIPO DE ATENDIMENTO:

- ☐ 01 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA;
☐ 02 - PRIMEIRA CONSULTA;
☐ 03 - CONSULTA SUBSEQUENTE;
☐ 04 - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 05 - VACINAÇÃO DE ROTINA;
☐ 06 - VACINAÇÃO DE BLOQUEIO (SURTO OU SITUAÇÕES PARTICULARES);
☐ 07 - VACINAÇÃO DE CAMPANHA;
☐ 08 - PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE;
☐ 09 - CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE.

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1 - PRESCRIÇÃO
☐ 2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA ☐ INTERNAÇÃO
☐ OUTRO HOSPITAL ☐ ÓBITO ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO	ATIV. PROF.	TIPO ATEND.	GRUPO ATEND.	FAIXA ETÁRIA
0301060101	22	52	25	

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (IS) ASSISTENTE (S) - CARIMBO (S)

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHAMENTO OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Francisco de R. Lima

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO



Santa Cecília
CENTRO DE DIAGNÓSTICO



P/ RANIERY CLETON LIMA DOS
SANTOS
Largo Mejico

APRETO PARA FINS DE PERÍCIA MÉDICA
QUE O PACIENTE SUBMETIDO É PORTADOR
DE SEQUELA DE TRAUMA DE FRATURA DE
YINION DE 2º QUADRANTE DO MEB E
BOMBA, O MESMO FOI VÍTIMA DE AC.
DESTE DE TRÂNSITO (COLISAS MOTO - AN.
MM) NO DIA 30/05/18. AO EXAME:
DL E LIMITADA DE AMPLITUDE DE
MOVIMENTO DE ARTICULAÇÃO DO 2º

12/01/19

Dr Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB/9251

Rua Padre Sandoval Ferrer, S/N
Centro - São Bento / PB
Fone: (83) 3444-2946 / 9.9989-0237
@santaceciliaspb Cifra Santa Cecília sp

Rua Coronel João Carneiro, 358
Centro - Pombal / PB
Fone: (83) 3431-2020 / 9.9989-0097
@santaceciliapombal Santa Cecília Pombal

Rua Venâncio Neiva, 283
Centro - Catolé do Rocha / PB
Fone: (83) 3441-3567 / 9.9820-9114
@clinicasantaceciliacatole



Osteoporose na mão esquerda. Sem
movimento no lado da fratura.
Região de mão esquerda (30/05/18)

Exatidão: Fratura de zone do
de osteoporose esquerdo com elemen-
mento de fratura notável.

No momento fratura consolidada.
Paciente segue em fisio terapia.
Atm da osteoporose

CID 10: T92.2 / M25.5
M25.6

Paciente 12/01/19

Dr Túlio Alberto de O. Souza
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 9251

Assinado eletronicamente por: CARLOS EVANDRO RABELO DE QUEIROGA - 18/06/2019 11:13:42
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061811134126700000021447181
Número do documento: 19061811134126700000021447181







BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 713/2018

Versando sobre: ACIDENTE DE TRANSITO - DPVAT

Data do fato: 30/05/2018 – 18:00 horas

Local do ocorrido: BR 427, próximo a lombada eletrônica, POMBAL -PB

Data e hora em que a Delegacia tomou conhecimento: 03/10/2018– 17:20 Horas

COMUNICANTE: RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS - **Filiação:** Paulo Nobre dos Santos e Terezinha Lima dos Santos; **Profissão:** ajudante de pedreiro; **Estado Civil:** União estável; **Naturalidade:** Pombal-PB; **Nacionalidade:** bras.; **Data de Nascimento:** 22/10/1987; **Endereço Residencial:** Rua Projetada, s/n, Bairro Nova Vida, Pombal-PB; //; **Telefone:** 83 996934621/ **Portador de RG nº 57.703.884-9 SSP-SP. CPF 085.964.794-30**

HISTÓRICO: Que afirma o comunicante que no dia e hora acima informados, conduzia o veículo MOTOCICLETA HONDA CG 150 FAN ESI – ANO/MODELO 2013/2013 - COR PRETA – PLACA OGD 5295/PB – CHASSI: 9C2KC1670DR496405, licenciado em nome de Carlos Antonio Gomes Junior; Que conduzia a motocicleta na BR 427, quando dois animais (cavalos) atravessaram a BR, provocando uma colisão com um dos animais, vindo a perder o controle da motocicleta, caindo ao solo; Que da queda o comunicante teve fratura em um dos dedos da mão esquerda, além escoriações pelo corpo; Que foi socorrido por terceiros para o HOSPITAL REGIONAL DE POMBAL, onde foi atendido e recebeu atendimento; Que testemunhou o fato a pessoa de FRANCIVAN DO NASCIMENTO LIMA, CPF 084.357.984-61, residente na Rua José Tavares de Araujo, 123, Santo Amaro - Pombal-PB; e FRANCIVANIA DO NASCIMENTO LIMA, CPF 087.320.244-95, Rua Projetada, s/n, Bairro Nova Vida – Pombal-PB . Que compareceu nesta Delegacia de Polícia, para registrar o fato, para fins de direito.

Pombal – PB, 03 de OUTUBRO de 2018.

AUTORIDADE POLICIAL: Del. Pol. JOSÉ AROLDO ASSIS DE QUEIROGA.

OBS: O comunicante está cientificado das imputações cominadas nos artigos 299 e 340 do C. P. B.

COMUNICANTE: Raniery Cleimar Lima dos Santos

Testemunha: Francivan do Nascimento Lima

Testemunha: Francivania do Nascimento Lima

Policial responsável pela lavratura do boletim:

Manoel de Sousa Lacerda
Agente de Polícia Civil
Mat. 168345-4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRINT LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1169622549

NOME
CARLOS ANTONIO GOMES JUNIOR

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
3412676 SSP PB

CPF
102.425.004-04

DATA NASCIMENTO
24/06/1991

FILIAÇÃO
CARLOS ANTONIO GOMES
FRANCINEIDE DOS SANTOS
GOMES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB
A.B

Nº REGISTRO
06186995524

VALIDADE
05/06/2019

1ª HABILITAÇÃO
25/09/2014

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA:

Carlen Antonio G. Junior
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
09/10/2015

90415524468
2B031476473

PROVISÃO PLASTIFICAR
1169622549

DETTRAN-PB (PARAIBA)



LUZIA VIEIRA GADELHA
RUA PROJETADA, S/N - NOVA VIDA
FOMBAL / PB CEP: 58340000 (AO: 227)

Emissão: 27/07/2018 Referência: Jul / 2018

Classe/Suécio: RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br220, Km25 - Grupo Redutor: João Pessoa / PB - CEP: 58071-690
Rocero, 18 - 227 - 140 - 1885 Nº medidor: 00003453848

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ: 08.535.783/0001-40 Ins. Est. 46.015.820-0

Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº 010.209.630
Cód. para Dtb. Automático: 00017424748

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a
Jul / 2018

Apresentação
27/07/2018

Data prevista da
próxima leitura
28/08/2018

CPF/ CNPJ/ RANI
789.350.244-49

UC (Unidade Consumidora):

5/1742474-8

Canal de contato

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 27/07/18	Data 27/07/18			
Leitura 1380	Leitura 1439		59	30

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base	Outro	Alig.	Valor (R\$)	Base Calc.	Tarifa (R\$)	Cálculo
0801	Consumo em kWh	52.002	0.717820	37.33	38.03	25	9.60	38.03	0.41	1.50
0801	Acíc. B. Varmilha	5.54	2.894	25	0.26	0.54	0.04	0.12		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0802	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA	5.44	0.00	0	1.00	0.00	0.00	0.00		

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 47,31 41,87 10,46 41,87 0,45 2,09

Média últimos meses (kWh)

22

VENCIMENTO
03/08/2018

TOTAL A PAGAR
R\$ 47,31

Histórico de Consumo (kWh)

0	1	2	1	1	48	10	9	2	44	42	60
Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Mai/18	Jun/18

RESERVADO

1668.7a18.84f5.a9ba.0153.d6fb.9b09.296d.

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5.71	0.00	NORMAL
DIC TRIMESTRAL	11.82	0.00	CONTRATADA
DIC ANUAL	23.64	0.00	LIMITE INFERIOR
DIC MENSAL	3.42	0.00	LIMITE SUPERIOR
DIC TRIMESTRAL	6.86	0.00	
DIC ANUAL	13.70	0.00	
DMIC	3.48		
DICRI	12.22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia/PB	10.00	21.12
Custos de Energia	14.52	30.68
Serviços de Transmissão	1.54	3.26
Encargos Setoriais	2.78	5.88
Impostos Diretos e Encargos	19.44	41.00
Outros Serviços	0.00	0.00
Total	47.31	100.00

Valor do EUSO (Ref. 5/2018) R\$ 12.94

ATENÇÃO

REAVISO: Caso a(s) fatura(s) não seja(m) paga(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 11/08/2018. Conforme Resolução 414/ANEEL, o pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso contrário, os usuários não poderão considerar esse fornecimento. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS PARCELAS REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decorrer do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.

Faturas em atraso

Jun/18 29,19
Mai/18 25,54
Mar/18 15,42





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00





**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
2ª VARA DA COMARCA DE POMBAL**

Rua: José Guilhermino de Santana, 414, Bairro Petrópolis, CEP 58.840-000 Fones: (83) 3431-2298/3113 Fax: (83) 431-3112

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em consulta aos sistemas STI/SISCOM, consulta processual do TJPB e PJE, NÃO verifiquei a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.. Dou fé.

Pombal-PB, 20 de setembro de 2019.

HAROLDO CAMILO DOS SANTOS
Técnico Judiciário





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

2ª Vara Mista de Pombal

Processo nº: 0801124-97.2019.8.15.0301

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [SEGURO]

Autor(a): RANIERY CLEIMAR LIMA DOS SANTOS

Ré(u): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e arts. 8º e 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, do CPC.

Certifique-se a existência de ação com as mesmas partes, pedido ou causa de pedir, ativa ou baixada.

CITE-SE/INTIME-SE a parte requerida, por carta com AR ou outro meio idôneo, para contestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC), sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC), cientificando-a, ainda, de que deverá arcar com os honorários periciais, os quais arbitro desde já no importe de R\$ 200,00 (duzentos reais), cujo depósito deve ser comprovado nos autos em até 10 (dez) dias após a data de realização da perícia, nos termos do Convênio 015/2014, firmado com o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Por economia processual, no prazo de defesa a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A deverá apresentar os quesitos que deseja que sejam respondidos pelo perito e, querendo, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

Apresentada contestação, a parte autora deve ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias (arts. 350 e 351 do CPC), podendo, no mesmo prazo, apresentar seus quesitos a serem respondidos pela perícia, indicar assistente técnico e arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso.

NOMEIO o Dr. **Dr. Rodolpho Dantas Mafaldo Pinto, CRM/PB 8679**, cujos dados estão disponíveis na escrivania, para a realização do exame pericial, independentemente de compromisso.

Após os prazos dos itens 3 e 5, comunique-se o perito acerca da sua nomeação, por e-mail, requisitando desde já, data e horário para realização de perícia no Fórum de Pombal/PB. Com a informação intinem-se as partes para, no dia e hora indicados, comparecerem ao local de realização da perícia médica.



Cientifique-se o perito, informando-lhe de que deverá responder aos quesitos apresentados pelas partes, além dos seguintes quesitos do Juízo: a) Há lesão nos membros inferiores do autor que lhe cause debilidade? b) As lesões comprometem as funções de que membros? c) Qual o grau de debilidade provocada pelas lesões identificadas?

Após a apresentação do laudo pericial, intinem-se as partes para se manifestar no prazo comum de 05 (cinco) dias.

Adotem-se as providências necessárias ao pagamento do perito, depois de apresentado o laudo, expedindo o competente alvará ou transferindo-se os honorários periciais para conta bancária de titularidade do *expert*.

Em seguida, venham os autos conclusos.

Cumpra-se com os expedientes e diligências necessárias.

POMBAL, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
JOSÉ EMANUEL DA SILVA E SOUSA – Juiz de Direito em substituição

Valor da causa: R\$ 8.075,00

